

Resumo: Começando com uma citação do documento de Puebla sobre a “ação pastoral planejada”, o autor parte do fato de que, a seu ver, “o planejamento pastoral está em baixa”, e que está se tornando muito comum a rejeição aos planos de pastoral. É nesse contexto que ele situa a argumentação em defesa de uma pastoral orgânica, de conjunto. Respondendo à pergunta “por que planejar?”, ele começa descrevendo a “situação pastoral atual”, para desenvolver a seguir seus argumentos “em defesa do planejamento participativo”. Apresenta, para tanto, “razões teológicas”, “razões pastorais”, e “razões conjunturais”. Entre as “exigências para a recepção do plano diocesano”, descreve a “espiritualidade trinitária” e a “pastoral com dinâmica de eclesialidade”. Nesse sentido, considera importante uma avaliação mais cuidadosa, à luz de perspectivas amplas, dos pontos fortes e fracos de CEBs, paróquias, e movimentos, tanto do ponto de vista comunitário quanto do institucional. E conclui apresentando quatro eixos claros e firmes do Documento Final, que nos ajudam na estruturação de um Plano Diocesano à luz de Aparecida.

Abstract: Beginning with a quotation from the document of Puebla referring to a planned pastoral activity the author starts his study with a statement that the planning of pastoral activity is played down and thus it is common knowledge that the plans of pastoral work are offhand rejected. In this context he situates his arguments for the defense of an organic pastoral ministry in the various fields. In reply to the question why planning? the answer presented here develops the arguments about the need of participation in the planning stage. The reasons adduced are theological, pastoral, and circumstantial. Among the requirements of a receptive response to the diocesan planning mention is made of a Trinitarian spirituality and a pastoral concern related to ecclesiology. In this sense a compelling need arises for an evaluation of wider perspectives, including an analysis of weak and strong points of the CEBs, parishes, and movements together with their relationship with the faith community and the institutional structures. The conclusion envisages an axis with four radii in the final document which help the structuring of the Diocesan planning of pastoral activity in the light of Aparecida.

O projeto pastoral na América Latina e no Documento de Aparecida

Manoel Godoy*

* O autor é presbítero da Arquidiocese de Belo Horizonte.



“A ação pastoral planejada é a resposta específica, consciente e intencional às exigências da evangelização. Deverá realizar-se num processo de participação em todos os níveis da comunidade e pessoas interessadas, educando-as numa metodologia de análise da realidade, para depois refletir sobre essa realidade do ponto de vista do Evangelho e optar pelos objetivos e meios mais aptos e fazer deles um uso mais racional na ação evangelizadora.” (Puebla 1307)

Planejamento pastoral em baixa

1. Antes de apresentar alguma proposta de planejamento pastoral à luz do Documento de Aparecida, gostaria de enfrentar um tema que está se tornando muito comum no meio eclesial: a rejeição aos planejamentos e muito mais aos planos de pastoral. É fácil afirmar que a onda do individualismo tomou conta do meio eclesial, porém detectar com precisão a sua causa já é tarefa mais complexa.

2. No imediato pós Concílio Vaticano II, as Igrejas Particulares assumiram seu papel eclesial, profundamente animadas pela eclesiologia que resgatava seu papel protagonista na organização eclesial pastoral. Dizia-se que a diocese era a unidade fundamental da ação pastoral. Isso se contrapunha ao isolamento paroquial tão comum na Igreja, reforçado pela eclesiologia tridentina. Cada pároco cuidava com extremo zelo de sua paróquia, e aí se perpetuava (havia até os que chamávamos de “vigário colado”). Porém, em âmbito de Diocese, não havia uma pastoral de conjunto. O Concílio Vaticano II, ao resgatar a função episcopal pastoral, deixando claro que os bispos não são meros auxiliares do Bispo de Roma e nem somente administradores de uma circunscrição eclesial, destaca a Igreja Particular como plenamente Igreja, desde que se mantenha aberta à comunhão com as demais Igrejas Particulares e com Pedro. Isso dava um novo impulso à ação evangelizadora e instava as comunidades paroquiais a um modelo de Igreja Comunhão, com forte acento numa pastoral de conjunto.

3. A eclesiologia total que emergia do espírito conciliar responsabilizava todos os membros da Igreja e os reconhecia como co-responsáveis na missão eclesial. Sujeitos adultos, e comprometidos com um projeto claro de tornar o Reino de Deus cada vez mais visível. A Igreja foi-se organizando numa forma de comunhão e participação onde cada membro do Povo de Deus, do Bispo ao mais simples colaborador de uma comunidade de base, assumia sua missão com verdadeiro ardor. A igualdade



fundamental de todos os membros do Povo de Deus foi assumida até mesmo pelo Código de Direito Canônico, publicado em 1983: “Entre todos os fiéis, pela sua regeneração em Cristo, vigora, no que se refere à dignidade e atividade, uma verdadeira igualdade, pela qual todos, segundo a condição e os múnus próprios de cada um, cooperam na construção do Corpo de Cristo” (CDC Cân. 208).

4. A euforia desse momento histórico criou muitas expectativas em relação a uma Igreja totalmente renovada, de colegialidade efetiva, de comunhão e participação em todos os âmbitos eclesiais. De outro lado, toda essa movimentação da Igreja na base gerou insatisfações e suspeitas. Em 1979, quando da III Conferência Geral do Episcopado Latino Americano, em Puebla, no México, já se podia sentir, de maneira muito forte, as duas tendências eclesiais em confronto. As afirmações de Medellín em relação às CEBs e à opção preferencial pelos pobres já ganhavam matizes, que deixavam entrever dificuldades com esse jeito de ser Igreja. Da segunda metade da década de oitenta em diante, o que se viu foi o crescimento de agrupamentos eclesiais com fortes tendências a uma nova expressão religiosa, bastante adequada ao subjetivismo e individualismo crescentes na sociedade. Isso vai num crescendo até que na década seguinte, a de noventa, os chamados novos movimentos tornam-se a força visível mais expressiva no âmbito eclesial. Uma nova maneira de expressar a fé estava se firmando na Igreja. Aqui não é espaço para análise dessa nova expressão eclesial, mas apenas se quer destacar um aspecto que toca de perto nosso tema: planejamento pastoral. Esses novos movimentos não carregam consigo a teologia da Igreja Local e se sentem ligados e amparados diretamente pela instância eclesial superior, ou seja, o Papa. Dessa forma, planos paroquiais ou diocesanos de pastoral não são mais levados em conta por tais movimentos, pois é muito tênue seu vínculo com essas instâncias da Igreja. O Documento de Aparecida chega a dizer: “Alguns movimentos eclesiais nem sempre se integram adequadamente na pastoral paroquial e diocesana (DA 100e)”. Mas, no complemento desse item, fica claro que a situação é conflituosa, pois afirma: “... por sua vez, algumas estruturas eclesiais não são suficientemente abertas para acolhê-los (DA 100e)”. Fica assim evidenciado o estado da questão: há paróquias e dioceses que reclamam da falta de compromisso dos movimentos com suas estruturas pastorais; há movimentos que reclamam da falta de abertura dessas instâncias para com eles. O que se pode afirmar, por enquanto, é que os planos de pastoral



não têm encontrado ultimamente uma recepção efetiva, não só da parte dos movimentos, mas também de parcela significativa do clero.

5. Nesse ponto nevrálgico da questão é que queremos situar a argumentação em defesa de uma pastoral orgânica, de conjunto.

Por que planejar?

I. Ver a situação pastoral atual

1. Por que planejar? Não é o Espírito Santo o condutor de nossa ação evangelizadora? O Papa Bento XVI, quando ainda Cardeal Ratzinger, no primeiro encontro mundial dos novos movimentos afirmou que, onde irrompe o Espírito Santo, sempre colapsam os projetos dos homens. E, continuando seu discurso, foi bem enfático sobre os planejamentos pastorais rígidos. Disse ele: É necessário também que se diga bem claro às Igrejas locais, inclusive aos bispos, que não devem consentir em pretensões de uniformidade absoluta nas organizações e programações pastorais; e que não podem considerar os projetos pastorais próprios como modelos fixos, pois, pode acontecer que, frente a meros projetos, as Igrejas se tornem impenetráveis ao Espírito de Deus. Não é lícito pretender que tudo tenha que enquadrar-se numa organização unitária; melhor é menos organização e mais Espírito. Sobretudo, não se pode servir de um conceito de comunhão, cujo valor pastoral supremo seja evitar conflitos.

2. É claro que não foi isso que o Papa Bento XVI queria, mas será que essa mentalidade não penetrou fundo nas nossas Igrejas e nas mentes dos que conduzem nossa ação pastoral, a ponto de constatarmos, hoje, não só uma excessiva flexibilização, mas verdadeiramente um desprezo pelos Planos de Pastoral? Cada qual toma conta de “seu feudo”, mas não assume a co-responsabilidade pelo todo da pastoral diocesana. E em nome do respeito ao pluralismo, não se segue mais planejamento algum.

3. Por outro lado, víamos, há alguns anos, uma proliferação de iniciativas pastorais desconexas, fragmentadas, mas que demonstravam, não sem ambigüidade, uma criatividade imensa. A cada Campanha da Fraternidade criávamos uma frente pastoral nova. Quando nossas agendas e nossas energias começaram a gritar, passamos a fazer duras críticas a essa metodologia. Não sem razão! Porém, o que se vê, hoje, é uma volta ao sacramentalismo de forma exacerbada. Não criamos novas pastorais,



deixamos até morrer algumas, mas enchemos nossas agendas de missas. Para todas as ocasiões, missas e mais missas.

4. O mesmo espírito individualista, que tomou de vez a sociedade, chamada pós-moderna, entrou na Igreja e produziu uma grande fragmentação pastoral, comprometendo nossa eclesiologia de comunhão e participação. Palavras como colegialidade, complementariedade, sinodalidade, subsidiariedade e outras, que sustentam tal eclesiologia, entraram em desuso total.

5. Com o enfraquecimento da eclesiologia da Igreja Local, perdemos o fôlego pastoral para o enfrentamento de questões muito sérias, tais como: pastoral urbana, problema da violência, novos problemas que assolam nossas famílias, jovens e idosos. Os processos institucionais, calcados em excesso de centralização, acabam esvaziando mediações importantes para uma boa comunicação entre a base a cúpula. Nessa perspectiva, muitas iniciativas não encontram canais de concretização e terminam por não surtirem nenhum efeito prático.

6. Até mesmo esforços bonitos, como o da V Conferência Geral do Episcopado Latino Americano e Caribenho, realizado em Aparecida, parecem destinados a se esvaírem pelo ralo da história, por falta de estruturas adequadas para sua recepção criativa. Sem Igreja Local, não há possibilidade de ressonância evangelizadora das conclusões de Aparecida.

7. Nem mesmo afirmações tão categóricas do magistério, como a fala do Papa, no seu discurso de abertura, têm repercussão no nosso agir evangelizador. Disse o Papa Bento XVI: “A opção preferencial pelos pobres está implícita na fé cristológica naquele Deus que se fez pobre por nós, para enriquecer-nos com sua pobreza”. Em outras palavras, não se pode dizer que é cristão quem não leva a sério a opção pelos pobres. Qual a consequência de tal afirmação para a pastoral social?

8. Aparecida fala também: “Nenhuma comunidade deve isentar-se de entrar decididamente, com todas as forças, nos processos constantes de renovação missionária, e de abandonar as ultrapassadas estruturas que já não favoreçam a transmissão da fé” (DA, 365). Afirma também: Todos somos chamados a assumir atitude de permanente conversão pastoral, que, na fidelidade ao Espírito Santo, suscita a necessidade de uma renovação eclesial que implica reformas espirituais, pastorais e também institucionais (cf DA, 366-367). Diz ainda: “A conversão pastoral



de nossas comunidades exige que se vá além de uma pastoral de mera conservação, para uma pastoral decididamente missionária” (DA, 370). Essas afirmações nos levam a perguntar: Como anda nosso plano pastoral? Como anda nossa missionariedade? Como anda o Projeto Igrejas Irmãs? Como anda nossa disposição para mudanças?

9. Os bispos em Itaiaci afirmaram: “Uma comunidade insensível às necessidades dos irmãos e à luta para vencer a injustiça é um contrates-temunho e celebra indignamente a própria liturgia” (DGAE, 178). Será que nossas Celebrações Litúrgicas de fato nos comprometem com a vida de nossos irmãos, a ponto de reforçar nossa luta por uma sociedade nova e justa? Será que não continuamos a celebrar missas para inaugurações de casas comerciais, bancos e outros estabelecimentos em franca con-tradição com o espírito eucarístico?

10. Somando as mais recentes indicações do Magistério, sobretu-do as indicações da V Conferência em Aparecida, um plano diocesano hoje terá fôlego para favorecer uma visibilidade da Igreja Local com suas paróquias profundamente renovadas? Quem sabe até uma supe-ração da estruturação paroquial tradicional, favorecendo mais a sua organização em rede de comunidades? Terá nossa forma de articular o processo evangelizador capacidade para fazer das paróquias aquilo que o Papa João Paulo II indicava como caminho, e que foi assumido pela V Conferência? Paróquias verdadeiramente “acolhedoras e solidárias, lugar da iniciação cristã, da educação e da celebração da fé, abertas à variedade de carismas, serviços e ministérios, organizadas comunitária e responsabilmente, capazes de comprometer os movimentos de aposto-lado já atuantes, atentas às distintas culturas dos habitantes, abertas aos projetos pastorais e supraparoquiais e às realidades circunstantes”.¹ Sob um olhar bem atento, será que todas essas características não indicam quase uma superação do modelo paroquial? Será possível a organização da paróquia como comunidade de comunidades, levando-se em conta as estruturas que conhecemos?

11. Do ponto de vista sociológico, nos últimos anos ficou mais evidente uma ulterior evolução do contexto cultural (da sociedade oci-dental e, nas devidas proporções, da sociedade brasileira). A situação das grandes instituições e sua influência sobre a vida privada dos cidadãos se tornou mais incerta. A Igreja, o Estado e os grandes aparatos institu-

¹ JOÃO PAULO II. *Ecclesia in America*, 41. São Paulo: Paulinas, 1999, p. 68.



cionais estão em crise especialmente num aspecto: a capacidade de criar e manter um “*ethos*” (valores comuns) como base da convivência civil. Parece este ser resultado do próprio processo de secularização, que tem desembocado num extremo individualismo (nada mais é sagrado ou nada mais se impõe como valor comum à sociedade; o pluralismo chega a tal ponto, que ao indivíduo não resta outro critério a não ser ele mesmo). Nesse contexto, tende a se acentuar a distância entre a esfera pública e a esfera privada.

12. Na esfera pública, o “sistema” administra como pode seus interesses econômicos, políticos, militares, exigindo o conformismo dos cidadãos. Já na esfera privada, o cidadão goza de aparente ilimitada autonomia, até onde o sistema não se sentir atingido, mas pouco participa da vida pública, da qual tende a tornar-se espectador, num processo em que os meios de comunicação social têm grande influência e que afeta profundamente também a religião.

13. O que constatamos como resultado da “secularização” não é a supressão da religião, mas sua redução à esfera do privado. Daí que o propalado “retorno do religioso” não nos pode enganar, pois o que volta não é a religião ocupando novamente o mesmo lugar na sociedade tradicional (ou na “cristandade”), mas é a religião como forma de experiência subjetiva, fragmentária, não institucionalizada. As novas tendências não se impõem sem resistências. O que vemos proliferar, especialmente no campo religioso, são os movimentos fundamentalistas e neo-conservadores (que reagem negativamente às novas tendências). Porém, eles também não escapam ao novo clima cultural e são marcados pela busca de experiências imediatas, emocionalmente intensas.

14. Na sociedade complexa em que vivem, os cristãos são desafiados a redescobrir sua identidade em meio a esse embate entre as opostas tendências do individualismo e da alternativa comunitária, da liberdade na esfera privada e da imposição do sistema nas questões estruturais da sociedade. E, no âmbito eclesial, devemos responder quais formas *sociais* a Igreja deve assumir para se manifestar como *autêntica* (teologicamente) Igreja de Cristo? Será que tudo isso não indica a necessidade de um planejamento bem pensado em âmbito local, como forma de enfrentar coletivamente a esses desafios?



II. Argumentos em defesa do planejamento participativo

a) *Razões teológicas:*

- A evangelização não é um ato individual e isolado, mas profundamente eclesial (cf. EN, 60).
- Nenhum evangelizador é senhor absoluto da sua ação evangelizadora, mas ele só poderá realizá-la em comunhão com a Igreja e com seus pastores (cf. EN, 60).
- “A firme decisão missionária da Igreja deve impregnar todas as estruturas eclesiais e todos os planos pastorais das dioceses, paróquias, comunidades religiosas, movimentos e de qualquer instituição da Igreja” (DA, 365).
- “A vida em comunidade é essencial à vocação cristã. O discípulo e a missão sempre supõem a pertença a uma comunidade. Deus não quis salvar-nos isoladamente, mas formando um Povo. Este é um aspecto que distingue a experiência da vocação cristã de um simples sentimento religioso individual. Por isso, a experiência de fé é sempre vivida em uma Igreja Particular” (DA, 164).
- “A Diocese, presidida pelo Bispo, é o primeiro espaço da comunhão e da missão. Ele deve estimular e conduzir uma ação pastoral orgânica renovada e vigorosa, de maneira que a variedade de carismas, ministérios, serviços e organizações se orientem no mesmo projeto missionário, para comunicar vida no próprio território. Esse projeto, que surge de um caminho de variada participação, torna possível a pastoral orgânica, capaz de dar respostas aos novos desafios. Porque um projeto só é eficiente se cada comunidade cristã, cada paróquia, cada comunidade educativa, cada comunidade de vida consagrada, cada associação ou movimento e cada pequena comunidade se inserem ativamente na pastoral orgânica de cada diocese. Cada uma é chamada a evangelizar de modo harmônico, e integrado no projeto pastoral da Diocese” (DA, 169).

b) *Razões pastorais:*

- O papa Paulo VI, no 10º aniversário do CELAM, dizia essas palavras ainda agora atuais: “... na obra pastoral não se pode andar às cegas: o apóstolo não é alguém que corre incerto ou



se bate contra o ar (1Cor 9,26); evita hoje a acomodação e o perigo do empirismo. Uma sábia planificação, portanto, pode oferecer também à Igreja um meio eficaz e incentivador para o trabalho”. “A planificação impõe opções e comporta renúncias mesmo do que, às vezes, seria o melhor; e a concentração de esforços intensiva e extensiva nos objetos essenciais, obriga a deixar realizações que, embora belas, sejam limitadas ou supérfluas”.

- Não damos conta, sozinhos, de dar respostas eficientes aos enormes e complexos desafios que nos são colocados pela realidade da pós-modernidade e da urbanização. A realidade urge respostas mais conjuntas!
- A ação pastoral e evangelizadora da comunidade eclesial deve ser necessariamente global, orgânica e articulada (cf. Medellín 15,9).

c) Razões conjunturais:

- Preparando-nos para o novo Plano Pastoral, é urgente entrarmos em vigoroso processo de assumirmos juntos novo esforço evangelizador. Ajudar-nos-á, profundamente um espírito de humildade, pois ninguém tem resposta pronta para os imensos desafios pastorais que temos pela frente. Também será de grande valia se cada um buscar vencer o espírito individualista, tão característico dos dias de hoje.
- Cresce a consciência de inúmeros cristãos de que se deve superar o comportamento de “ovelha” na Igreja e assumir, de fato, o protagonismo na ação evangelizadora (SD, 97). Já se disse à exaustão que a responsabilidade pelo processo evangelizador é tarefa de todos os membros do Povo de Deus. Ora, essa missão conjunta só acontecerá quando se instalar na vida da Igreja um autêntico processo participativo².

2 Cf. CNBB, doc. 62, n° 190; DGAE, 2008-2010, n. 162-164.



III. Algumas exigências para a recepção do Plano Diocesano

a) *Espiritual:*

- Em primeiro lugar, é preciso nos convenceremos, para depois poder convencer os outros. Se nós não estamos convencidos da necessidade e importância desse Plano, ele já nascerá morto.
- É importante que a implementação do Plano Diocesano seja acompanhada de uma espiritualidade que favoreça o encontro pessoal com Jesus Cristo, o evangelizador do Pai, e uma maior docilidade à ação do Espírito Santo. Portanto, uma espiritualidade trinitária, que fundamenta a missão da Igreja (dos cristãos e cristãs) no coração da Santíssima Trindade (cf. CNBB, doc. 62, n° 46).

b) *Pastoral com dinâmica de eclesialidade:*

- A “conversão pessoal”, de que fala o documento de Aparecida, “desperta a capacidade de submeter tudo ao serviço da instauração do Reino da vida” (DA, 366). Todos “são chamados a assumir uma atitude de permanente conversão pastoral, que implica escutar com atenção e discernir “*o que o Espírito está dizendo às Igrejas*” (Ap 2,29) através dos sinais dos tempos em que Deus se manifesta” (DA, 366).
- O processo de implantação do Plano Diocesano de Pastoral só será frutuoso, e porcionará um testemunho de comunhão, se for assumido por todos. Deve ser um processo “participativo”, um mutirão que ajuda a refletir e organizar a pastoral orgânica. “A participação do laicato requer-se não só na fase de execução da pastoral de conjunto, mas também no planejamento e nos próprios organismos de decisão” (P 808).
- A implementação do Plano Diocesano será um tempo favorável para o despertar de novas vocações e ministérios em sua mais ampla diversidade. Estes serão, aos poucos, articulados em vista da organicidade pastoral (cf. Medellín 15,7; CNBB doc. 62).
- O processo de recepção do Plano Diocesano poderá seguir os mesmos princípios que deveriam estar presentes durante a sua elaboração, e que decorrem da própria natureza da Igreja-



comunhão: variedade-complementaridade; autonomia; subsidiariedade; participação responsável (Medellin 15,5).

- O sucesso do Plano está, enfim, em nossas mãos. É preciso dar continuidade às mesmas metas que caracterizam o planejamento participativo, gerando na vida da Igreja um “autêntico sentido comunitário” (cf. Medellin 15,35). Todos precisam saber: “... para que haja efetiva participação não bastam as estruturas participativas, nem a existência de grupos organizados. É preciso que haja a motivação e a “cultura” da participação. É necessário que pessoas e comunidades estejam interiormente convencidas da importância da participação e estejam dispostas a fazer o esforço adequado, saindo da indiferença ou do individualismo, da preocupação restrita a seus próprios interesses pessoais ou corporativos”³.

IV. Em vista de uma Igreja de modelo de comunhão e participação⁴

1. À luz dos documentos do Magistério supracitados, poder-se-ia, num primeiro momento da reflexão, partir de um exame crítico das atuais formas comunitárias e institucionais de presença da Igreja. Os critérios do exame seriam, substancialmente, dois: 1) o critério da autenticidade teológica: esta comunidade, ou grupo, pode ser considerada “eclesial”? Possui as ‘notas’ essenciais da eclesialidade?; 2) o critério da adequação sociológica: esta comunidade, ou grupo, corresponde às condições socioculturais de hoje?. Um critério global e prático seria: Estas formas de organização incentivam a participação dos fiéis e fazem que a comunidade eclesial seja ativa?

Podemos privilegiar três formas que exigem esta reflexão: as comunidades eclesiais de base; os movimentos; a paróquia. Isto, sem antecipar juízos apressados, nem colocar de antemão as três realidades sobre o mesmo plano. Tanto mais que há inúmeras variantes. Apenas, parece-nos, é importante uma avaliação mais cuidadosa, à luz de perspectivas amplas, dos novos desafios da eclesialidade, dos pontos fortes

³ A. Antoniazzi, “Estruturas de participação nas Igrejas Locais”, apostilado de 16 p.

⁴ Essa seção do artigo é devedora da reflexão do Pe. Alberto Antoniazzi em sua palestra sobre “Comunidade e Igreja Local”, realizada em âmbito do Regional Leste II, em 2003.



e fracos de CEBs, paróquias, e movimentos, tanto do ponto de vista comunitário quanto institucional.

2. Um segundo momento da reflexão deveria estudar as formas de articulação de comunidades, paróquias e movimentos, em âmbito diocesano, regional e nacional. Para isso, podemos enumerar algumas interrogações para debate posterior:

- no atual contexto da sociedade complexa e na atual situação eclesial, o objetivo de articular três âmbitos em que a presença da Igreja pode se expressar: o âmbito das pessoas, o âmbito das comunidades e o âmbito da sociedade. Será que a Igreja pode identificar-se unicamente com alguma forma de “comunidade” em sentido estrito, ou deve oferecer alguma forma de presença e de comunhão nos três âmbitos?
- será o “planejamento participativo” uma forma autêntica e válida de articulação dinâmica dos diversos aspectos da ação e vida eclesial? Quais os métodos até aqui usados, e quais são seus pressupostos?
- os organismos pós-conciliares, tais como, Conselhos Pastorais, Assembleias, Sínodos, Encontros Intereclesiais etc., cuja finalidade precípua é exatamente o confronto periódico das diversas instâncias eclesiais, em busca de uma comunhão mais efetiva, têm-se mostrado eficazes? Eles podem ser o instrumento privilegiado de uma Igreja participativa, “sinodal”, em que pastores e fiéis caminham juntos, na variedade de vocações e carismas, na unidade de missão?
- o papel dos ministros, sobretudo ordenados, em vista da sistemática aproximação da comunidade e repartição de responsabilidades, evitando a concentração do poder e o isolamento, não exige uma séria reflexão?

V. Planejar à luz do Documento de Aparecida

Sob o tema “*Discípulos e Missionários para que nossos povos n’Ele tenham vida*” e lema “*Eu sou o caminho, a verdade e a vida*”, realizou-se em maio de 2007, em Aparecida, mais precisamente na Basílica Santuário de Nossa Senhora Aparecida, a V Conferência Geral do Episcopado Latino Americano e Caribenho. Diferentemente de todas as demais Conferências Gerais que a precederam, esta aconteceu cercada



pelo povo simples, crente e peregrino. Contato salutar e fértil dos Bispos com os devotos de Aparecida, que todos os dias manifestam sua fé incondicional na Mãe de Jesus.

Várias leituras já foram feitas sobre o evento e seu documento final. Aqui faremos apenas um corte, na perspectiva do planejamento pastoral.

1. Proponho, para atingirmos essa finalidade, que o Documento Final seja lido na ótica do apelo dos Bispos à conversão pastoral e renovação missionária das comunidades, presentes nos números 365 a 372. Nessa secção, emerge o serviço da instauração do Reino da vida, a devida atenção aos sinais dos tempos, os novos desafios do contexto histórico que se quer evangelizar, a centralidade da formação eclesial em todos os âmbitos na pessoa de Jesus Cristo, Mestre e Pastor, a referência paradigmática das primeiras comunidades cristãs, a fidelidade à eclesiologia do Vaticano II, a audácia pastoral para superar esquemas viciados, o novo ardor missionário, a elaboração do projeto pastoral em âmbito diocesano, a participação ativa dos leigos no discernimento, na tomada das decisões, no planejamento e na execução. Ainda propõe que se reveja a estruturação paroquial, no sentido de torná-la mais eficaz pastoralmente; um cuidado especial com o voluntariado missionário leigo e com as associações leigas que se dedicam aos mais pobres, “à luz dos princípios de dignidade, subsidiariedade e solidariedade, em conformidade com a Doutrina Social da Igreja (DA 372)”.

2. É com esse corolário criativo de afirmações pastorais, que o Documento de Aparecida ilumina a produção de um verdadeiro plano pastoral diocesano. Assim iluminados, superaremos os planos que apontam essa ou aquela prioridade, para traçar verdadeiras pistas de ação mais abrangentes, alicerçadas em pilares consistentes de uma eclesiologia de comunhão e de participação.

3. Tomemos quatro eixos claros e firmes do Documento Final, que nos ajudam na estruturação de um Plano Diocesano à luz de Aparecida (DA 226 e 278).

Encontro pessoal com Jesus Cristo

4. O primeiro eixo é o da experiência religiosa, ou do encontro com Jesus Cristo. Trata-se do encontro com a pessoa de Jesus, e não meramente com a doutrina da instituição. O homem e a mulher de hoje



estão mais propensos a aderir a uma pessoa que os convença, do que a uma instituição, por mais bonita e atraente que ela seja. Será que teremos coragem de anunciar Jesus Cristo e sua práxis, independente da opção denominacional de cada um? Nesse primeiro momento da evangelização não negamos nossa afiliação religiosa, mas não a destacamos como o mais importante. É preciso empolgar as pessoas com a pessoa de Jesus Cristo e o Reino de Deus por ele anunciado. A exemplo do livro do teólogo espanhol, José Pagola, ou do teólogo sul-africano, Albert Nolan, Jesus hoje – uma espiritualidade de liberdade radical, que nos levam a amar o Filho de Deus de maneira incondicional, será que damos conta dessa empreitada querigmática? Dar conta de responder à pergunta fundamental que tantos santos e místicos propuseram, como maneira de moldar a nossa vida à vida do Mestre: “Em todos os momentos, em todas as circunstâncias, devemos perguntar: o que faria Jesus se estivesse no meu lugar?”. Favorecer a todos a possibilidade de experimentar Jesus em sua vida, com a intensidade do apóstolo Paulo quando dizia aos cristãos filipenses: “*Depois que encontrei Jesus Cristo tudo o mais se tornou lixo para mim*” (cf Fl 3,8); ou “*Já não sou eu que vivo, mas é Cristo que vive em mim*” (Gl 2,20). Enfim, será que Jesus e seu amor pelo Reino ainda empolga quem o encontra? Somente acreditando nisso é que podemos firmar o primeiro eixo de uma Igreja que quer superar esquemas caducos de evangelização.

Experiência da vida comunitária

5. O segundo eixo é o da vivência comunitária. A primeira Campanha da Fraternidade em âmbito nacional, realizada em 1964, tinha como tema a Igreja em renovação e como lema: “*Lembre-se: você também é Igreja*”. Será que não estamos precisando reforçar esse eixo, no sentido de fazer com que todos se sintam verdadeiramente Igreja? Nos últimos anos, por meio de alguns instrumentos de comunicação social católicos e por uma verdadeira onda de reforço do clero, voltamos a uma perspectiva pré Concílio Vaticano II, de uma Igreja muito clerical. O documento de Aparecida afirma: “Nossos fiéis procuram comunidades cristãs, onde sejam acolhidos fraternalmente e se sintam valorizados, visíveis e eclesialmente incluídos (DA 226b)”. Para tanto, é preciso voltarmos ao reconhecimento da dignidade do leigo na Igreja; tanto de sua participação ativa no *ad intra* da Igreja, como no *ad extra*. Nossas comunidades, afirma o documento de Aparecida, precisam ser fraternas e acolhedoras,



para que o laicato seja realmente membro de uma comunidade eclesial e corresponsável em seu desenvolvimento. Nada mais contraproducente a esse esforço eclesial do que manter os leigos na infantilidade. Como dizia o grande teólogo Congar: “É preciso superar a visão de que leigo na igreja é aquele que está sentado para ouvir, ajoelhado para rezar e com a mão no bolso para pagar”. É preciso acordar para o fato de que parte significativa dos leigos não quer mais ser tratada como ovelha. Nesse sentido, vale bem o alerta brilhante do teólogo suíço, radicado no Brasil, Renold Blank, no seu livro “Ovelha ou Protagonista? A Igreja e a nova autonomia do laicato no século XXI”. O que mais nos preocupa é a categoria dos leigos autônomos que, sem confronto, vai deixando a Igreja silenciosamente, por rejeitar o tratamento de ovelha que encontram dentro da instituição.

Os que se apaixonaram pela pessoa de Jesus precisam encontrar, na Igreja, condições favoráveis de viver esse enamoramento, em comunhão com outros que fizeram experiências semelhantes. Nada mais urgente que atender ao apelo de Aparecida para superar a pastoral de mera conservação, e partirmos para um novo ardor e nova paixão por Jesus e seu anúncio do Reino.

Formação bíblico-doutrinal

6. O terceiro eixo é o da formação. A experiência do encontro pessoal com Jesus e a adesão à comunidade cristã precisam favorecer a todos os fiéis a capacidade de dar razão de sua esperança a quem quer que o interroge sobre seu sentido de vida. Esperança aqui é um vocábulo intercambiável com a fé. Fé ou esperança têm sua razão de ser. Fundamental nesse processo é o conhecimento mais profundo da Palavra de Deus. A Constituição Dogmática *Dei Verbum* já afirmava categoricamente: “É preciso que o acesso à Sagrada Escritura seja amplamente aberto aos fiéis” (DV 22). Muito já se fez nesse período pós Concílio Vaticano II, porém, temos sofrido ultimamente uma avalanche de leitura fundamentalista da Bíblia, empreendida por diversos segmentos eclesiais, comprometendo todo o esse esforço. A leitura da Palavra de Deus, por si só, não tira ninguém da ignorância bíblica. É preciso, na linguagem da *Dei Verbum*, “investigar atentamente o que os hagiógrafos de fato quiseram dar a entender e aprouve a Deus manifestar por suas palavras” (DV 12). Ou ainda: “Para corretamente entender aquilo que o autor sacro quis afirmar por escrito, é necessário levar devidamente em conta tanto as



nossas maneiras comuns e espontâneas de sentir, falar e contar, as quais já eram correntes no tempo do hagiógrafo, como as que costumavam empregar-se largamente no intercâmbio daquelas eras (DV 12)”.

Já conseguimos colocar a Bíblia na mão do povo, mas ainda falta muito para que ele adquira o gosto por sua leitura e estudo. A experiência do encontro pessoal com Jesus Cristo, se autêntica, deve conduzir os fiéis a um amor mais forte à sua Palavra. O documento de Aparecida, depois de realçar esse conhecimento da Palavra como a única maneira de amadurecer a experiência religiosa, afirma: “Nesse caminho, acentuadamente vivencial e comunitário, a formação doutrinal não se experimenta como conhecimento teórico e frio, mas como ferramenta fundamental e necessária no crescimento espiritual, pessoal e comunitário (DA 226c)”.

Compromisso missionário

7. O quarto e último eixo que Aparecida apresenta como desafio para a Igreja é o do compromisso missionário de toda a comunidade. Nesse ponto, Aparecida pecou pelo eclesiocentrismo, pois apresentou uma perspectiva bem reducionista da missão, como se essa se resumisse em trazer de volta ao seio da Igreja os filhos que dela se afastaram (cf. DA 226d). Ora, na perspectiva do Concílio Vaticano II e das Conferências Gerais do Episcopado Latino Americano que antecederam a de Aparecida, a visão de “missão” é bem diferente. A missão evangelizadora da Igreja, na ótica conciliar, deve favorecer uma atitude eclesial perscrutadora dos sinais dos tempos, discernindo a presença do Espírito nas mais diferentes culturas e ambientes a serem evangelizados. Perceber as sementes do Verbo já presentes no mundo é tarefa do verdadeiro discípulo-missionário. O próprio texto de Aparecida consegue, em outro momento, relacionar bem a missão com o anúncio do Reino de Deus, testemunhado por meio do serviço gratuito que todo cristão oferece à sociedade (cf. DA 278e).

Vale a pena, nesse contexto, recordar as distinções sobre o conceito de missão segundo o Papa João Paulo II, na sua encíclica *Redemptoris Missio*. Ele enfatiza que por “missão” podemos entender como primeiro sentido a dimensão *ad gentes*, o anúncio de Jesus Cristo onde Ele ainda não é suficiente conhecido e amado; como segundo sentido, as pastorais que realizamos em nossas comunidades cristãs; e, como terceiro sentido, a nova evangelização, que trata de re-anunciar Jesus e o Reino, com novo ardor, novos métodos e novas expressões, em lugares onde os fiéis se afastaram da Boa Nova (Cf. RMi 33).



Opção pelos pobres

8. Esses quatro eixos podem se constituir num programa de evangelização iluminado pelas conclusões de Aparecida, na fidelidade ao espírito do Concílio Vaticano II. Ousamos, apenas, acrescentar um quinto eixo, que julgamos extremamente necessário para fugirmos do vício do ecle-siocentrismo. Com esse acréscimo, não nos sentimos traindo o documento de Aparecida, que tão ricamente em outros parágrafos soube dar a ele o devido destaque. Trata-se de remarcar toda a trajetória evangelizadora dos discípulos-missionários pela “evangélica opção preferencial pelos pobres”. Embora Aparecida não tenha apresentado a opção pelos pobres como eixo a ser reforçado, reconheceu que ela “é uma das peculiaridades que marcam a fisionomia da Igreja latino-americana e caribenha” (DA 391). E, talvez, uma das expressões mais significativas sobre essa opção esteja verdadeiramente presente no documento final, quando afirma: “Só a proximidade que nos faz amigos nos permite apreciar profundamente os valores dos pobres de hoje, seus legítimos desejos e seu modo próprio de viver a fé. A opção pelos pobres deve conduzir-nos à amizade com os pobres. Dia a dia os pobres se fazem sujeitos da evangelização e da promoção humana integral: educam seus filhos na fé, vivem constante solidariedade entre parentes e vizinhos, procuram constantemente a Deus e dão vida ao peregrinar da Igreja. À luz do Evangelho, reconhecemos sua imensa dignidade e seu valor sagrado aos olhos de Cristo, pobre como eles e excluído como eles. A partir dessa experiência cristã, compartilharemos com eles a defesa de seus direitos” (DA 398).

9. Cremos que com esses cinco eixos podemos elaborar um plano de pastoral com profunda abrangência de todas as dimensões eclesiais, envolvendo todas as forças vivas na edificação de uma Igreja centrada em Jesus e no Reino de Deus; respeitadora das diversidades presentes na Igreja desde seus primórdios; na variedade dos ministérios, que brotam dos carismas que o Espírito confere a todos que fazem a experiência do encontro pessoal com Jesus Cristo; no mais renovado ardor missionário, como marca do novo discípulo no seio da sociedade hodierna com seus novos areópagos.

Conclusão

Estamos convencidos de que o planejamento participativo, seguindo a tradição conciliar e das Conferências Gerais do Episcopado



latino-americano e caribenho, ressalta a importância do desenvolvimento de uma eclesiologia segura da Igreja local. Aparecida deu enfoque à teologia da Igreja Local e, nesse sentido, percebemos que o planejamento participativo na pastoral ganhou força. É claro que não se pode relegar a um segundo plano a articulação efetiva da Igreja Local com as estruturas regionais e, principalmente, nacionais. Isso, porque toda Igreja local é unida intrinsecamente, pela sua própria natureza de comunhão com Cristo, com todas as outras Igrejas locais, com as quais forma a “comunhão de Igrejas”. A comunhão das Igrejas tem um centro, a Igreja de Roma (que também é uma Igreja local, não a Igreja universal). Por isso a comunhão com Roma e com seu Pastor, sucessor de Pedro, “princípio visível da unidade, quer dos bispos quer da multidão dos fiéis” (LG 23), é dimensão intrínseca de toda a Igreja local, e não uma relação acrescentada posteriormente. Isso está presente na eclesiologia de Aparecida.

Como afirmava Alberto Antoniazzi, é a partir da diocese – do Bispo e de seus colaboradores diretos – que a Igreja local poderá articular suas diversas expressões e mostrar toda a unidade e variedade da sua vitalidade. Portanto, a conversão pastoral e a superação de uma pastoral de mera conservação, que nos pede Aparecida, passam pela decisão corajosa das nossas Dioceses de assumirem sua missão, superando toda e qualquer tendência de redução à de mera coadjuvante no agir eclesial.

Endereço do Autor:

Rua Pires da Mota 250,
Bloco E, Apto. 401, Bairro Madre Gertrudes
CEP 30512-760 Belo Horizonte, MG
E-mail: manologodoy@terra.com.br